

JE

Jornal dos Economistas

Nº 337 Setembro de 2017

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

E a crise global?

Luiz Carlos Bresser-Pereira,
Luiz Carlos Delorme de Prado,
Bernardo Kocher, Elias Jabbour,
Alexis Dantas e Williams Gonçalves
debatem se a crise iniciada
em setembro de 2008
está superada
e o estágio da
economia global.



Fórum Popular do Orçamento analisa a trajetória das contas cariocas de 2009 a 2016

E a crise global?

As mazelas internas do nosso país, por vezes, colocam em segundo plano a discussão do estágio da economia mundial. A crise iniciada nos EUA em setembro de 2008 está superada ou continua a assombrar o mundo?

O bloco temático começa com artigo do ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, da FGV. Ele avalia que a crise financeira global terminou, porque EUA e os países da Zona do Euro voltaram a crescer, ainda que moderadamente. Mas a crise mais ampla do capitalismo financeiro-rentista, que começou em 2008, está mais presente do que nunca.

Luiz Carlos Delorme Prado, do IE/UFRJ, faz um comparativo histórico entre a crise iniciada em 2008 e a grande depressão nos anos 30. As últimas projeções indicam uma recuperação moderada nos EUA e Europa. Mas os efeitos da crise estão presentes em três indicadores: a distribuição de renda continua a piorar, os investimentos públicos e privados continuam fracos e o desemprego permanece elevado.

Bernardo Kocher, da UFF, considera que a melhor caracterização dos problemas econômicos contemporâneos é de uma crise tão econômica quanto política, que contrapõe a democracia política à liberdade infinita de dominação do capital.

Elias Jabbour e Alexis Dantas, da Uerj, analisam a situação da China. A expansão do setor estatal na economia chinesa pós-crise pode ter gestado uma nova formação econômico-social, o chamado “socialismo de mercado”. Trata-se de um processo fascinante, que merece um olhar com mais atenção e menos preconceito.

Williams Gonçalves, da Uerj, UFRJ e Marinha do Brasil, acredita que o controle político da economia pelo Estado evitou que a China sucumbisse à crise de 2008. A partir de 2010, o país adotou o modelo baseado no consumo doméstico e exportação de produtos de alto valor tecnológico agregado. A ascensão da China desloca o eixo do poder mundial e sentencia o esgotamento da ordem internacional liberal.

Ainda no escopo do tema da edição, o artigo do FPO analisa a trajetória das contas cariocas de 2009 a 2016, por meio de tópicos como dívida consolidada e investimentos. O período foi impactado pela crise internacional, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos Rio 2016.

Sumário

| | |
|--|----|
| Crise global | 3 |
| <i>Luiz Carlos Bresser-Pereira</i> | |
| Crise do capitalismo financeiro-rentista | |
| Crise global | 5 |
| <i>Luiz Carlos Delorme Prado</i> | |
| A Grande Recessão já é coisa do passado? A crise econômica nos EUA e na União Europeia pelo espelho da Grande Depressão | |
| Crise global | 7 |
| <i>Bernardo Kocher</i> | |
| A crise econômica global: fim ou temor de um novo recomeço? | |
| Crise global | 9 |
| <i>Elias Jabbour e Alexis Dantas</i> | |
| A China, a crise e o “socialismo de mercado” | |
| Crise global | 11 |
| <i>Williams Gonçalves</i> | |
| Rumos da Ordem Econômica Internacional | |
| Fórum Popular do Orçamento | 13 |
| Rio de Janeiro e a crise de 2008: como a cidade surfou na marolinha? | |
| Formando da UFRRJ-Nova Iguaçu conquista primeira colocação no Prêmio de Monografia 2017 | 16 |
| Estudantes da UFRJ vencem Gincana | |
| Agenda de cursos | |
| Novas aquisições da Biblioteca | |
| Atualize seu cadastro no Corecon-RJ | |

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

Conselho Editorial: Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2017-2019) Arthur Camara Cardozo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascoutto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2017-2019) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Gisele Mello Senra Rodrigues, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva

Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach e André Luiz Silva de Souza.

Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

Crise do capitalismo financeiro-rentista

Luiz Carlos Bresser-Pereira*

A crise financeira global de 2008 terminou, mas a crise mais ampla e de maior duração do capitalismo financeiro-rentista, a crise de um liberalismo econômico radical que começou naquele ano, está mais presente do que nunca. A crise financeira terminou porque primeiro os Estados Unidos e depois os países da Zona do Euro voltaram a crescer, ainda que moderadamente. Mas a crise econômica e política da estreita coalizão de classes de capitalistas rentistas e seus prepostos – os financistas e os altos executivos das grandes corporações –, que domina os países ricos, continua muito presente, e a partir de 2016 ganhou um aspecto político com o Brexit e com Donald Trump.

Durante o século XX, o capitalismo deixou de ser um capitalismo de empresários, que obtinham crédito e investiam inovando, para ser um capitalismo de rentistas que vivem de juros, dividendos e aluguéis; deixou de ser um capitalismo no qual o liberalismo econômico e a luta de classes eram relativamente compensados pelo princípio desenvolvimentista da solidariedade nacional; deixou de ser um capitalismo no qual empresários e trabalhadores tinham no mercado interno seu mais precioso ativo econômico, porque dele derivavam seus lucros e seus salários, para ser um capitalismo global no qual os rendimentos dos rentistas provêm de todas as partes do mundo em que as empresas multinacionais estiverem presentes.

O capitalismo industrial ou dos empresários, que nasceu de-

se desenvolvimentista e conservador quando as revoluções industriais foram realizadas em cada país, tornou-se liberal a partir dos anos 1830, quando a Inglaterra abriu sua economia. Depois de cem anos de baixo crescimento e alta instabilidade financeira, o liberalismo econômico entrou nos anos 1930 em profunda crise, que foi superada graças a um segundo desenvolvimentismo expresso no *New Deal* e nos Anos Dourados do Capitalismo do pós-guerra – um desenvolvimentismo progressista e democrático. Entretanto, uma crise econômica nos Estados Unidos e no Reino Unido, nos anos 1970, significou o fim dessa boa fase e o retorno a um segundo liberalismo econômico, agora financeiro-rentista e reacionário. A crise deste segundo liberalismo econômico talvez aponte para um terceiro desenvolvimentismo, que continuará democrático, mas não será necessariamente progressista.

Vários fatos históricos novos se somaram para que o capitalismo deixasse de ser um capitalismo de empresários ou industrial para ser um capitalismo financeiro-rentista. Primeiro, no final do século XIX, a partir da Segunda Revolução Industrial, ocorreu a emergência da tecnoburocracia, uma nova e grande classe social cuja camada mais alta substituiu os empresários na direção das grandes empresas e passou a partilhar poder e privilégio com a burguesia. Segundo, a profunda oligopolização dos mercados internos, que começou a acontecer em seguida, e não parou de se agravar, na medida em que as empresas não cessam de fazer aquisições e fusões para obter vantagem mono-

polista. Terceiro, a globalização – a redução dos custos dos transportes e das comunicações e a emergência das empresas multinacionais –, que de um lado reduziu a importância dos mercados internos para os capitalistas e, de outro, aumentou a competição a nível mundial. Quarto, a acumulação incessante de capital *excedente* nas mãos dos capitalistas rentistas e dos financistas e altos executivos desde a Segunda Guerra Mundial. Quinto, desde 1980, o aumento da desigualdade em benefício da estreita coalizão financeiro-rentista que assume então o poder político. Sexto, a desregulação financeira que essa coalizão, apoiada na teoria econômica neoclássica, promove.

Embora o sexto fato – a desregulação financeira radical promovida nos anos 1980 pelo liberalismo econômico – tenha sido instrumental em causar a crise financeira, ele não é suficiente para explicar a crise do capitalismo financeiro-rentista e o retorno a que estamos assistindo, ainda inseguro, de um controle maior do Estado sobre os mercados – talvez, um terceiro desenvolvimentismo. A desregulamentação, ou, mais amplamente, o abandono da ampla coalizão de classes desenvolvimentista ou, nos termos da Escola da Regulação Francesa, fordista, em favor de um liberalismo radical, financeiro-rentista, é uma das causas dessa crise maior. A outra causa é o quarto fato histórico novo – a acumulação de capital excedente nas mãos dos capitalistas rentistas.

Thomas Piketty, em seu notável *O Capitalismo do Século XXI*, salientou não apenas o aumento da desigualdade, mas também es-



ta acumulação de capital excedente. Os dois fatos são fundamentais para compreender o retorno à instabilidade financeira, que, no quadro do acordo de Bretton Woods, da política macroeconômica keynesiana, e dos Anos Dourados do Capitalismo, havia sido fortemente reduzida, e a forte redução da taxa de crescimento dos países ricos.

O mundo rico enfrenta hoje uma enorme abundância de capitais: o capital tornou-se excedente em relação aos investimentos que as empresas estão dispostas a fazer. O capital excedente é inerente ao capitalismo, mesmo quando a desigualdade não aumenta, e mais ainda quando aumenta. Incapazes de consumir todos os seus lucros e os seus altos ordenados e bônus, capitalistas rentistas, financistas e altos executivos colocam seu dinheiro no setor financeiro para financiar os investimentos. Mas o mercado é incapaz de ajustar essa oferta e esse estoque imenso de poupança com os investimentos na produção, porque, conforme Keynes e Kalecki demonstraram de forma definitiva, a demanda não cresce na proporção da oferta. Por isso, eles propuseram uma política macroeconômica que garantisse essa demanda. A qual era, na-

turalmente, complementada por um processo de extinção de capital causado pela depreciação e a obsolescência técnica, mas também pelas grandes guerras e pelas grandes crises econômicas. Ora, desde 1945 o mundo não enfrenta grandes guerras. Quanto às crises financeiras, embora desde 1980 os países ricos tenham abandonado o keynesianismo, a crise financeira de grande envergadura, a de 2008, acabou destruindo muito menos capital do que poderia tê-lo feito, graças às fortes políticas contracíclicas adotadas por todos os países. Passada, porém, a fase aguda da crise, o mundo voltou à austeridade fiscal, e a insuficiência de demanda voltou a ser crônica.

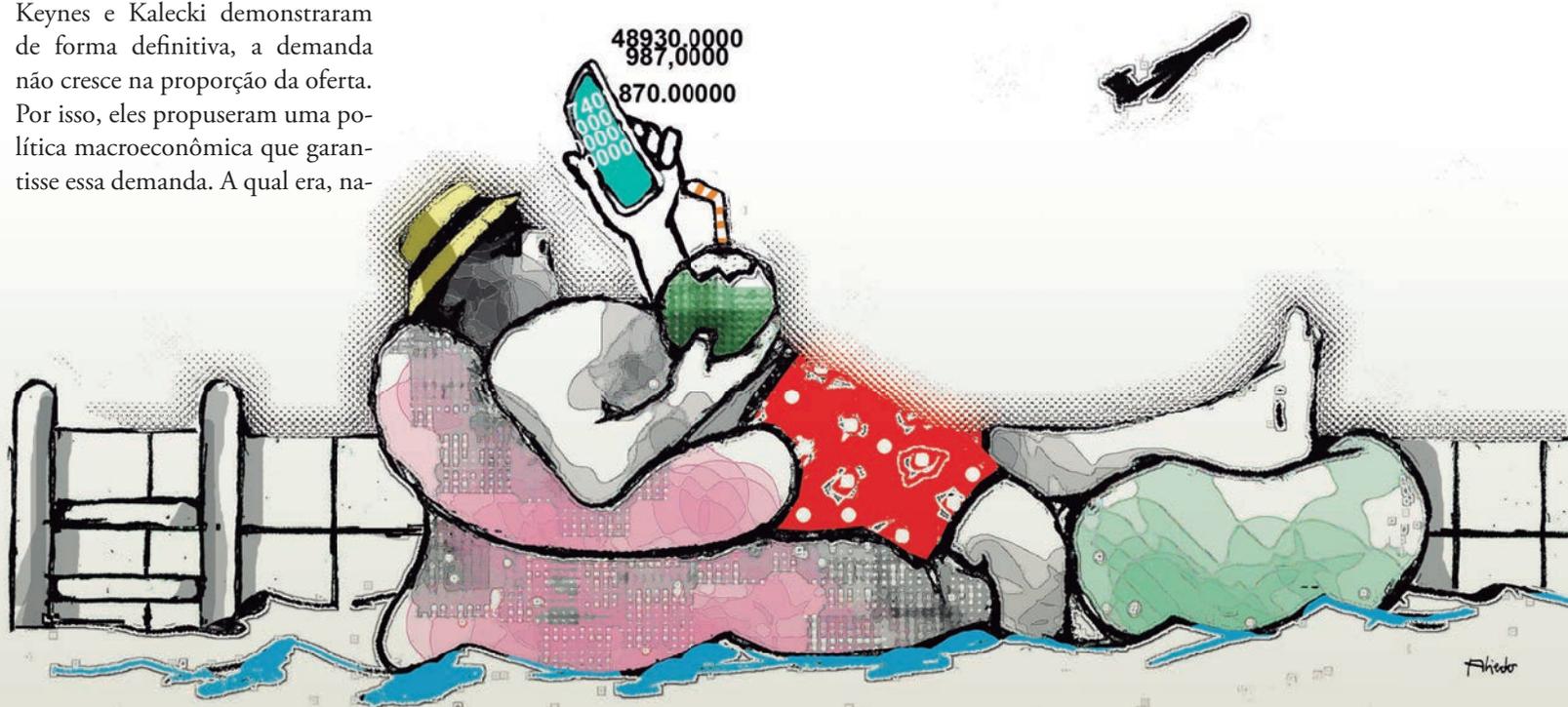
Enquanto o mundo rico não encontra uma solução para esse problema, no mundo periférico os países que adotaram políticas desenvolvimentistas independentes, principalmente os países do Leste da Ásia, a Índia e o Vietnã, que não exportam commodities e, portan-

to, não sofrem da doença holandesa, cresceram ou crescem de forma acelerada, enquanto a Malásia, a Indonésia e a Tailândia, também desenvolvimentistas, crescem de maneira satisfatória. Todos agindo com responsabilidade fiscal, garantindo lucratividade para suas empresas industriais e usando essencialmente sua própria poupança. Todos aproveitando sua mão de obra barata para competir com os países ricos na exportação de bens industriais cada vez mais sofisticados. Já os países da América Latina e, particularmente, o Brasil, que foram desenvolvimentistas entre 1930 e 1990 e lograram neutralizar sua doença holandesa, cresceram e se industrializaram. Mas, porque sempre tentaram crescer com endividamento externo (“poupança externa”) e porque, desde 1990, abandonaram sua autonomia nacional e se submeteram a Washington e Nova York, aceitaram que suas empresas voltassem a ter uma forte desvantagem competitiva em

relação aos países ricos, passaram a crescer muito lentamente e vêm ficando cada vez mais para trás em relação não apenas aos países em desenvolvimento independentes, mas também aos países ricos.

O capitalismo vive hoje uma crise de transição, que não impede que muitos países da Ásia cresçam e realizem o alcançamento, porque adotam políticas de acordo com seus interesses nacionais. Já na América Latina, novamente dependente, ou os países se desindustrializam, como o Brasil, ou transformam sua indústria em uma indústria maquila, como o México, enquanto suas elites vendem suas empresas para empresas multinacionais e se tornam rentistas. Enquanto isso os jovens, tanto pobres quanto ricos, não têm oportunidade nem de emprego nem de se tornarem empresários.

* É professor emérito da Fundação Getúlio Vargas. bresserperreira@gmail.com; www.bresserperreira.org.br



A Grande Recessão já é coisa do passado? A crise econômica nos EUA e na União Europeia pelo espelho da Grande Depressão

Luiz Carlos Delorme Prado*

Em que medida é necessário olhar para o passado para compreender grandes processos históricos no presente? A política econômica do presente deve olhar as experiências históricas como fonte de informação para atuar nas situações presentes? Ou, ao contrário, os processos históricos são únicos, sendo necessário e suficiente para o economista dominar as teorias econômicas dominantes de seu tempo?

Recentemente, um dos mais importantes historiadores do sistema financeiro internacional, Barry Eichengreen, publicou um livro intitulado *Hall of Mirrors: The Great Depression, the Great Recession and the uses – and misuses – of history* (Oxford University Press, 2015). Esse autor aponta que o conhecimento convencional das crises passadas, ou seja, "as lições da Grande Depressão", em certa medida moldou as respostas para os eventos de 2008-9. No entanto, argumentou Eichengreen, não existe uma única narrativa histórica e a própria natureza da experiência histórica depende de sua interpretação pelas correntes econômicas contemporâneas (p.382).

Mas, crises são momentos onde o conhecimento convencional não se aplica. E tecnocratas atuando com seus preconceitos e interesses, no mundo atual, como no passado, são capazes de produzir enormes estragos. Nessas horas, os formuladores de política eco-

nômica frequentemente ignoram as evidências do presente e interpretam o passado usando o espelho de sua visão de mundo contemporânea. Portanto, o risco de desastres é proporcional ao poder desses tecnocratas. Segundo Eichengreen: "se tecnocratas que têm mandatos com poderes limitados são uma coisa, tecnocratas não eleitos com amplos poderes são outra" (p.383).

A trajetória da Grande Recessão, iniciada no crash de 2008, com suas similaridades e diferenças da Grande Depressão, iniciada no *crash* de 1929, apontam as questões levantadas acima. Algumas causas remotas da crise ajudam a compreender esses pontos. Fenômenos como a Grande Recessão não surgem no vazio. Suas causas remontam ao fim do longo crescimento da economia mundial do pós-guerra – os *Golden Years* (1947-1973).

Esse período de prosperidade baseou-se no uso de vários instrumentos desenvolvidos para evitar a repetição da desastrosa experiência dos anos entre as duas Guerras Mundiais, com suas hiperinflações, deflações e ascensão de regimes totalitários. Abandonou-se a ideia de que o capitalismo era autorregulado – foram criadas políticas regulatórias para evitar a instabilidade gerada pela excessiva liberdade no setor financeiro. Formou-se um acordo entre as elites econômicas e os trabalhadores que resultou na criação de um Estado de Bem-Es-

tar social, financiado com crescente tributação da riqueza.

Esse período de crescimento excepcional foi interrompido pelas crises da década de 1970 e o progressivo abandono dessas políticas. As décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela ascensão de uma nova ideologia, que recorria à produção teórica de crítica às políticas econômicas keynesianas do pós-guerra para legitimar sua defesa de uma nova relação entre o Estado e o Mercado. O neoliberalismo – o nome controverso dessa corrente, já que seus partidários não se reconhecem sob esse rótulo – defendia uma agenda de reformas para redução e alteração da intervenção de Estado na economia. Defendia, ainda, transferir importante parte das decisões de política econômica para tecnocratas (como, por exemplo, Banco Central Independente), afastando-as da imprevisibilidade do sistema democrático. (Ver de Manfred Steger & Ravi K. Roy, *Neoliberalism: A Very Short Introduction*, Oxford University Press, 2010).

Nessa linha, as políticas econômicas de inspiração keynesiana e, em especial, as políticas de bem-estar econômico eram vistas como responsáveis pela redução do crescimento da produtividade, pelo aumento do desemprego, pelo aumento da inflação e pela baixa qualidade e custo excessivo dos serviços públicos. Uma agenda de reforma da ordem econômica do pós-guerra foi possível por duas ondas sucessivas de governos ne-



oliberais nas economias industriais avançadas; a primeira, com as eleições de Ronald Reagan (1981-89) e Margaret Thatcher (1979-90) na década de 1980. Esses governos convergiam, no plano econômico, com uma agenda de reforma liberal, e no plano político, com uma agenda conservadora em questões de valores e costumes e nacionalista na política externa.

Uma segunda onda de governos neoliberais pretendeu manter e aprofundar a agenda de reformas liberais, combinando tais medidas com algumas políticas moderadas de bem-estar social e um discurso pró-responsabilidade social das grandes empresas. Na área de valores, diferenciavam-se do caráter conservador dos governos anteriores; defendiam a liberdade no âmbito dos costumes e faziam a defesa do internacionalismo, em oposição ao forte nacionalismo dos seus antecessores. Bill Clinton nos EUA e Tony Blair no Reino Unido são exemplos desse modelo. Esses líderes viam a globalização como um processo virtuoso e desejável. Para eles essa integração promoveria os valores individuais tradicionais, como direito de propriedade e direito de escolha e, ainda, os valores democráticos.

Foi essa segunda onda de neoliberalismo que concluiu a liberalização do sistema financeiro no plano doméstico e na esfera internacional e aprofundou políticas que concentravam a renda. Esse foi o período de grande crescimento dos pacotes de compensações para os grandes CEOs das companhias norte-americanas, que se beneficiavam da nova política tributária. Além disso, a Lei de Modernização dos Serviços Financeiros de 1999 derrogou a separação legal entre bancos comerciais, bancos de investimentos, companhias

de seguros e corretagem – acabando com uma importante regulação herdada do período da Grande Depressão. No Reino Unido, Tony Blair, usando a ideia de “Terceira Via”, propunha, igualmente, por um fim “a velha política de luta de classes”. Blair foi grande articulador de um modelo de gestão da União Europeia, norteada por ideias neoliberais. No plano doméstico, tal como Clinton, aprofundou a desregulamentação da economia e, em especial, do sistema financeiro.

O *crash* do mercado de *sub-prime* e a crise econômica de 2007/2008 foi uma das consequências das políticas seguidas nas décadas anteriores. Mas esse foi o primeiro momento de uma crise que afetou o mundo inteiro. Nesse sentido, não foi muito diferente da crise de 1930, iniciada nos EUA e que se tornou mundial. Na década de 1930, a Grande Depressão acabou com o padrão ouro e criou condições para o papel regulador do Estado. Mas contribuiu, também, para a derrubada dos governos democráticos na Alemanha e em outros países – alimentou a intolerância e o irracionalismo, que foram algumas das causas da Segunda Guerra Mundial.

Na crise atual, os governos não tiveram a mesma postura passiva da década de 1930. Mas uma leitura enviesada da Grande Depressão contribuiu para limitar a intervenção do Estado na Grande Recessão. Por outro lado, a intervenção das autoridades norte-americanas foi suficiente para evitar outra Grande Depressão. Mas o diagnóstico da crise feito para o Congresso dos EUA por uma comissão independente (*Financial Crisis Inquiry Commission*) foi decepcionante: ao final, recomendava poucas reformas. As tentativas de regular o sis-

tema financeiro foram evitadas. O dinheiro dos contribuintes salvou alguns agentes econômicos (principalmente banqueiros e gestores de grandes empresas), embora tenha feito muito pouco pelos cidadãos menos privilegiados, que perderam suas poupanças e empregos.

Na Europa, a principal consequência da onda de choque foi a crise do Euro. Tais como os norte-americanos, os europeus fizeram apenas o suficiente para evitar um colapso do seu sistema financeiro. Apesar da instabilidade, o Euro não desapareceu e, exceto pelo caso da Grã-Bretanha, que decorreu mais de razões políticas do que econômicas, nenhum país deixou a União Europeia. Nos EUA e na Europa, no entanto, as causas mais profundas do modelo seguido desde a década de 1980 não foram enfrentadas. E tecnocratas tomavam decisões que afetavam a vida da população, com pouca preocupação quanto às consequências. Nesse contexto, a deterioração da distribuição de renda apareceu com toda força. O impacto do livro do Thomas Piketty (*Capital in the Twenty-First Century*, Cambridge University Press, 2014) abriu uma nova onda de discussão sobre os efeitos desestabilizadores do aprofundamento da divisão entre os ganhadores e perdedores da globalização – além dele, foram publicados trabalhos importantes por James Galbraith (*Inequality: What Everyone Needs to Know?*, Oxford University Press, 2016) e por Branko Milanovic (*Global Inequality*, Belknap Press, 2016), entre outros.

Como na década de 1930, a Grande Recessão trouxe instabilidade política mesmo para países com democracias consolidadas. A sua face mais evidente foi o crescimento do populismo de direita na Europa, como, por exemplo, a

Frente Nacional de Marine Le Pen e o UKIP (United Kingdom Independence Party), que surgiu como uma força política a favor do Brexit. E nos EUA com o *Tea Party* e a eleição de Donald Trump.

Contudo, as últimas projeções da economia mundial indicam que neste ano está em curso uma recuperação moderada da economia dos EUA e da Europa – projeta-se que o PIB dos EUA crescerá 2,1% e da zona do Euro 1,7% (dados do *World Economic Prospects*, World Bank, junho de 2017). Para isso contribuiriam um crescimento moderado de gastos públicos nos países da OCDE, que aumentaram para 40,9% do PIB em 2015 (eram de 38,7% em 2008 - OECD, *Government at Glance*, 2017) e do gasto social, que cresceu para 41% do gasto total em 2015 (de 37% em 2007). Mas, como mostrou a Grande Depressão, as consequências econômicas desse tipo de crise persistem por longo tempo. Os efeitos da crise atual estão presentes em três indicadores: (i) a distribuição de renda continua a piorar; (ii) os investimentos públicos e privados estão, ainda, fracos e (iii) o desemprego permanece elevado.

Ao final, a herança mais pesada das reformas liberais e da crise econômica tem sido a transferência para tecnocratas de decisões importantes para a sociedade, que retiram o poder de escolha das autoridades eleitas. É justamente a sensação dos eleitores de que seus votos não são suficientes para mudar a política econômica e as condições de suas vidas que tem inflado o apoio a partidos e candidatos populistas. No passado, em especial na década de 1930, esta foi uma receita para o desastre. Esperamos, embora céticos, que essa lição tenha sido aprendida.

* É professor do IE/UFRJ.

A crise econômica global: fim ou temor de um novo recomeço?

Bernardo Kocher*

A ideia de que uma contínua e prolongada recessão está em marcha – cujo marco definidor foi a Crise da *Subprime* iniciada em 9 de agosto de 2007 – tem perseguido o pensamento econômico e político há algum tempo. Tal presunção é construída em meio a transformações intensas no cenário político e social mundiais, tais como: o aprofundamento da vulnerabilidade dos direitos sociais em vários países que tradicionalmente os adotaram ao final da Segunda Guerra Mundial, a contínua vitória eleitoral de partidos políticos informados pelo neoliberalismo, a insegurança trazida com atentados terroristas nos países desenvolvidos, a instabilidade do Oriente Médio e a guerra civil na Síria, o constante e expressivo crescimento econômico dos países asiáticos (tendo a China como principal protagonista), a crise migratória que atingiu a Europa Ocidental, transformações tecnológicas vertiginosas com grande impacto na vida social etc.

Tal cenário fornece uma dupla possibilidade de compreensão do cenário mundial contemporâneo: este pode ser encarado como uma típica transformação conjuntural e/ou estrutural da economia mundial ou, por outro lado, expõe um quadro de crise de longa duração. Nesta clave é que devemos refletir para estabelecer qual o parâmetro adequado para analisarmos as dificuldades da maioria das economias capitalistas em promover o crescimento econômico.

Tendo como parâmetros cri-

ses prolongadas – como a de 1873-1896 e a decenal depressão iniciada em 1929 – é forte a ideia de que toda a problemática da delicada situação econômica internacional se explica pela ideia de que está ocorrendo uma nova crise de longa duração; estaríamos vivendo, então, uma terceira grande crise do capitalismo. Esta percepção legítima pode ser corroborada pelo fato de que os contemporâneos das duas crises anteriores também viviam o fenômeno da perda do dinamismo econômico com perplexidade, sem muita certeza se haveria o prolongamento indefinido do que estavam presenciando ou se seria encontrada uma solução para o problema. Eric Hobsbawm, analisando tal visão, enuncia o clima de insegurança que cercou as duas conjunturas: “Historiadores têm duvidado da existência daquilo que tem sido chamado “A Grande Depressão” de 1873 a 1896, que evidentemente não foi tão dramática quando a de 1929 a 1934, quando a economia capitalista mundial chegou a entrar em colapso. No entanto, observadores da época não tinham dúvida de que o grande *boom* havia sido seguido por uma grande depressão.” (HOBBSAWM, E. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 62). A percepção da crise – dificultada pela capacidade analítica de discerni-la em meio a um cenário de dificuldades –, cerca os contemporâneos que a vivem, criando a desolação com a realidade material existente.

Análises mais sofisticadas sobre as crises econômicas podem, porém, enquadrá-las num “cená-



rio” maior para tentar elaborar propostas de soluções para o problema da baixa dinâmica da economia. É o caso do que faz a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) quando caracteriza o processo que ora vivemos como sendo um “ciclo” econômico bem definido.

“A seção temática deste estudo busca, por um lado, analisar as características do ciclo atual que a região vive (2009-2016) e contrastá-las com as dos dois ciclos anteriores (1990-2001 e 2002-2008); por outro lado, procura identificar e explicar alguns dos determinantes do ciclo e delinear possíveis estratégias para retomar o crescimento. Destaca-se que a dinâmica do ciclo atual é impulsionada essencialmente pelo consumo privado e pelos gastos do governo. Por outro lado, o investimento e as exportações, que são os determinantes mais importantes da demanda agregada para a acumulação de capital, a geração de capacidades produtivas e o crescimento de longo prazo, de-

sempenharam um papel secundário no crescimento econômico. O ciclo atual e seu contexto externo apresentam importantes desafios para a conjuntura no curto prazo e para retomar o crescimento da região no médio e longo prazo.” (CEPAL. Documento Informativo. Estudo Econômico da América Latina e Caribe. *A dinâmica do ciclo econômico atual e os desafios de política para dinamizar o investimento e o crescimento*. IN: <http://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/tipo/estudo-economico-america-latina-caribe>. Consultado em 12 de agosto de 2017.)

Ainda na perspectiva cíclica de explicação das crises econômicas – dentre as inúmeras teorias existentes –, podemos lembrar a principal (e mais difundida) teoria explicativa da sua existência: o Ciclo de Kondratiev, que “discerniu um padrão de desenvolvimento econômico a partir de fins do século XVIII, através de uma série de “ondas longas” de cinquenta a sessenta anos, embora nem ele nem ninguém mais conseguisse dar uma explicação satisfatória para esses movimentos” (Hobsbawm, op. cit., p. 75). Por esta análise, estaríamos numa fase indefinida da transição, já que poderíamos estar encerrando a parte positiva da primeira metade de uma “onda” – já manifestando o que virá mais adiante – quando entraríamos na metade negativa do ciclo.

Dentre todas as teorias possíveis de explicação para as crises econômicas, e mais especificamente para a atual, não podemos deixar de lembrar que imensas transforma-

Tabela 1 - crescimento econômico mundial países selecionados, 2007-2017

Em % em relação ao ano anterior

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016* | 2017* |
|-------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|-------|
| Mundo | 5,2 | 3,0 | -0,7 | 5,1 | 3,8 | 3,4 | 3,3 | 3,4 | 3,2 | 3,1 | 3,4 |
| Economias Desenvolvidas | 2,7 | 0,6 | -3,7 | 3,1 | 1,6 | 1,2 | 1,4 | 1,9 | 2,1 | 1,6 | 1,8 |
| EUA | 2,1 | 0,4 | -3,5 | 3,0 | 1,8 | 2,3 | 2,2 | 2,4 | 2,6 | 1,6 | 2,2 |
| Área do EURO | 2,7 | 0,7 | -4,3 | 1,8 | 1,4 | -0,7 | -0,4 | 1,1 | 2,0 | 1,7 | 1,5 |
| Japão | 2,3 | -0,7 | -6,3 | 4,5 | -0,8 | 1,5 | 1,5 | 0,0 | 0,5 | 0,5 | 0,6 |
| China | 13,0 | 9,0 | 9,2 | 10,3 | 10,4 | 7,7 | 7,7 | 7,3 | 6,9 | 6,6 | 6,2 |
| Índia | 9,4 | 7,3 | 6,8 | 10,1 | 10,1 | 4,7 | 5,0 | 7,2 | 7,6 | 7,6 | 7,6 |
| ASEAN-5** | 6,3 | 4,8 | 1,7 | 6,9 | 4,5 | 6,2 | 5,2 | 4,6 | 4,8 | 4,8 | 5,1 |
| Brasil | 5,7 | 5,1 | -0,6 | 7,5 | 2,7 | 1,0 | 2,5 | 0,1 | -3,8 | -3,3 | 0,5 |
| Rússia | 8,1 | 5,6 | -7,8 | 4,3 | 4,3 | 3,4 | 1,3 | 0,7 | -3,7 | -0,8 | 1,1 |

Fonte: IMF – WORLD ECONOMIC OUTLOOK. Vários números.

* Projeção obtida IN: IMF – WORLD ECONOMIC OUTLOOK. 2016, p. 3.

** Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Vietnã.

ções institucionais, sociais, políticas e ideológicas estão em curso, o que pode nublar nossa percepção das causas e conseqüências. Uma análise das taxas de crescimento econômico (Tabela 1) não fornece uma conclusão definitiva sobre um período de crise geral, tal como nos dois momentos acima apontados. Excentuando-se o ano de 2009 e casos específicos (como o caso do Japão), a tese de uma crise econômica generalizada merece e precisa ser examinada melhor para dar vida à uma percepção mais lúcida sobre a natureza dos problemas econômicos contemporâneos. Malgrado o crescimento econômico não seja exuberante em nenhum país selecionado (e nem mesmo seja constante em níveis modestos), a economia mundial não está mergulhada numa depressão. O sentimento de crise é alimentado, em nossa opinião, pela distância que temos hoje com a perda da expectativa criada pelos “25 anos de ouro” – entre 1948-1973 –, quando o crescimento econômico foi facilitado por inúmeros fatores, que agora se apresentam como problemáticos.

Nesse sentido, ao procurarmos um significado para os problemas econômicos atuais, não podemos

perder de perspectiva que a competição intercapitalista dos Estados Nacionais encontra no Sudeste Asiático uma realidade que justamente nega totalmente a ideia de que vivemos uma crise. E aí lançamos a questão: se realmente vivemos numa crise econômica típica das economias capitalistas, como explicar as taxas de crescimento econômico da China, Índia e da Asean-5? (vide Tabela 1)

Todo o cuidado que temos em pensar a economia mundial contemporânea como não sendo exatamente um quadro de crise não nos faz negar que as baixas taxas de crescimento econômico (por vezes negativas) de vários países não sejam um problema concreto, típico de uma recessão. O que pleiteamos como explicador para o problema é a necessidade se acoplar neste quadro uma agenda de reflexão que considere fatores socioeconômicos que ajudariam na caracterização do problema. Consideraremos dois: a) a dificuldade do crescimento das economias mais desenvolvidas, junto com a facilidade de que este esteja ocorrendo na Ásia; e, b) a adoção, por parte dos governos dos países desenvolvidos (e os da Amé-

rica Latina entre eles) de políticas (conservadoras) de restrição ao crescimento econômico, malgrado a intenção seja o inverso. Orientados por uma agenda rudemente liberal e socialmente retrógrada, a expectativa de crescimento econômico é candidamente alimentada por utopias calcadas num hipotético mercado desregulamentado.

Assim, mais do que simplesmente tratarmos das agruras da economia como sendo um quadro de crise, devemos também considerar o “mal-estar” com as transformações produtivas e sociais que reduzem direitos sociais e introduzem o desemprego como norma da regulação social. Regidas por forças políticas conservadoras – que foram capazes desde a década de 1970 de abalar a composição orgânica da classe operária e suas instituições sindicais e partidárias –, temos presenciado nas últimas quatro décadas a perda da identidade subjetiva do mundo do trabalho. O resultado das inovações produtivas oriundas do toyotismo e da flexibilização dos contratos de trabalho foi justamente viabilizar que o Leste Asiático impulsionasse seu desenvolvimento industrial. Criou-se, a partir daí, o “mal-estar” crô-

nico que acompanha as sociedades ocidentais, que se industrializaram e onde passou a coexistir um divórcio abismal entre riqueza socialmente produzida e meios de obtenção de renda para sobrevivência pela maioria da população dependente do trabalho. Nesse processo, que continuamente degrada o tecido social, somente uma gigantesca taxa de crescimento econômico (como as que existiram nos “25 anos de ouro”) poderia trazer satisfação social.

Devemos, então, definir uma outra crise a ser tomada em conta para melhor caracterizar os problemas econômicos contemporâneos. Esta deve ser considerada tão econômica quanto política e não se resumirá aos índices quantitativos de crescimento, mas à contraposição entre a democracia política e a liberdade infinita de dominação do capital. Tema já abordado por Alan Wolfe nos primórdios da sua existência, na década de 1970, terá no tema do “mal-estar” a definição de um processo estrutural de insatisfação mais do que propriamente de crise. Esta contribuição melhor definiu a debilidade econômica a partir de 2008, caracterizando a irresoluta incompatibilidade existente entre a “(...) democracia e a mobilidade do capital (que) estão em contradição fundamental”. (WOLFE, Alan. “O mal-estar do capitalismo: democracia, socialismo e as contradições do capitalismo avançado. A liberdade de movimento do capital é contingente com a falta de liberdade das pessoas comuns para decidir seu próprio destino.” IN: WOLFE, A. et alii. *A Questão da Democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 20)

* É professor de História Contemporânea da UFF.

A China, a crise e o “socialismo de mercado”

Elias Jabbour e Alexis Dantas*

Existe um fato objetivo. A economia chinesa, acostumada a índices de crescimento médio acima dos 9% desde o início das reformas econômicas (1978), nos últimos – e nos próximos anos – deverá acostumar-se a patamares mais modestos; algo em torno de 6,5% e 7,0%. As explicações variam desde o “esgotamento de um modelo” aos modismos etapistas/rostowianos que relacionam a queda da performance chinesa a uma tal de “armadilha da renda média” e do surgimento de um “novo normal”. Autores mais sérios tratam a questão, por exemplo, como um preço pago pelo país por reformas internas recentes visando maior liberalização financeira (1).

Neste sentido é evidente que a ampliação do escopo de ação internacional de sua moeda, o renminbi, não ocorreria sem traumas: crises financeiras atingiram os mercados financeiros do país em agosto de 2015, ocasionando perda de mais de US\$ 1 trilhão de suas reservas cambiais desde então. Porém, o trauma serviu para a afirmação do gradualismo que acompanha as reformas econômicas com as contradições sendo enfrentadas com ação estatal objetiva do Estado; nesse caso com clara intervenção sobre a política cambial e de gestão das reservas. Na China, o custo da liberalização não é pago com mais mercado, ao contrário.

Por outro lado, a combinação de alguns dados pode nos dar alguma luz sobre os rumos do gigante asiático: 1) mantidas as atuais médias anuais crescimento, poderemos concluir como espe-

tacular o desempenho econômico do país; 2) sua atual contribuição à recuperação da demanda em escala internacional pode ser resumida tanto nos 13 milhões de empregos urbanos gerados no país em 2016 quanto na previsão de investimentos imediatos da ordem de US\$ 1 trilhão somente no Projeto “Um cinturão, uma rota”.

Neste aspecto, vale um importante parêntese: interessante notar que o problema da falta de crescimento no Brasil e no mundo não deve ser analisado somente à luz da elasticidade-demanda da economia chinesa. O baixo crescimento mundial, apesar de também determinado pelo menor crescimento da economia chinesa, decorre dos efeitos fundamentais das próprias políticas de recuperação que foram implementadas, sobretudo nos países centrais. Um *monetary easing* que teve pouco efeito sobre crescimento de renda e emprego, determinando, ao contrário, uma retomada dos níveis de operações financeiras, principalmente de derivativos, ao momento pré-crise.

Voltando, o que será da China e do mundo demanda analisar a conjugação de dois níveis de transição. A primeira, na transformação da China em uma “potência de tripla condição” (comercial, industrial e financeira). A segunda, na conjunção deste processo com a transição interna de dinâmica de acumulação que o país tem passado, juntamente com o papel do Estado e de sua força política dirigente (o Partido Comunista da China – PCCh).

A transformação da China em uma “potência de tripla condição” não ocorreu por uma propensão

genética à poupança. Trata-se de um processo marcado por escolhas ativas de um Estado Nacional decidido a recuperar sua condição de grande potência, perdida desde as Guerras do Ópio (1839-1842). As reformas econômicas reafirmam e reorientam uma estratégia nacional consagrada desde os eventos de outubro de 1949. Desde então, os comunistas chineses passaram a apostar em uma inserção soberana no mundo, internalizando o desenvolvimentismo de tipo asiático e aproveitando-se de mudanças na geografia econômica internacional inauguradas desde o início do processo de financeirização, além de preparar seu território à recepção de gigantescas unidades produtivas provenientes tanto do Atlântico Norte quanto de seus vizinhos (Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul) e do Japão pós-Acordos de Plaza (1985).

Ao longo das reformas econômicas foi se consolidando um grande setor privado, até então inexistente, que avançou, inclusive, sobre ativos estatais. Porém, é equivocado falar em diminuição do papel do Estado na China. Ocorre um processo onde o Estado foi reorganizando a si mesmo e encerrando, processualmente, novas e superiores formas de atuação. A trajetória chinesa, que nos obriga a responder determinadas questões postas pelo presente, é a história do surgimento de ondas de inovações institucionais, explicando, em parte, as “soluções de continuidade” do processo de desenvolvimento.

Percebe-se que a cada onda de inovações institucionais surgem novos parâmetros de atuação entre



Elias Jabbour



Alexis Dantas

os setores estatal e privado da economia. Por exemplo, a preparação do próprio território à recepção e implantação gradual das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e o lançamento, em 1999, do “Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste” constituíram-se em desenvolvimentos de elevação da ação do Estado em relação ao avanço, por baixo, do setor privado. A articulação destes ciclos institucionais com as dinâmicas internas de acumulação dá conta de um processo que tem capacitado o Estado Nacional chinês à intervenção rápida e direta sobre a realidade – conforme a própria resposta estatal à crise desde 2008 tem demonstrado. Vejamos abaixo.

Ganha forma o “socialismo de mercado”

Desde o início da década de 1990, sucessivas mudanças institucionais foram essenciais a: 1) emersão de uma moderna economia monetária (fortalecimento e capilarização de uma imensa rede de bancos públicos voltados ao crédito de longo prazo) substituindo uma rede de financiamento dependente do orçamento estatal e das empresas; 2) mecanismos de controle macroeconômico (maxidesvalorização cambial em 1994 e instituição de controle sobre os fluxos de capitais); 3) um processo de fusões e aquisições no setor estatal da economia, dando margem

à formação de 149 conglomerados empresariais localizados nos setores estratégicos da economia e 4) formação, em 2003, da SASAC (*State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council*), responsável pela observância da execução das políticas de Estado por parte dos citados conglomerados estatais (um claro órgão moderno de coordenação do investimento).

Esse interessante processo interno, com gigantescas implicações internacionais, logrou o desenvolvimento de um poderoso Estado Nacional, que detém o controle dos instrumentos cruciais do processo de acumulação e formação de *policy space* à execução de políticas monetárias propícias à socialização do investimento. Em outras “duas pontas”, o Estado – através de seus bancos de desenvolvimento – tanto financia o longo prazo quanto se utiliza de seus conglomerados estatais para a execução de grandes empreendimentos internos e externos. Investimentos estes (“na frente”) geradores, nos lembrando A. Hirschman, de efeitos de encadeamento que – em primeira instância – beneficiam diretamente seu braço ancilar, o setor privado (2).

Por fim, não estaríamos longe da verdade ao afirmar que a

expansão do setor estatal na economia chinesa pós-crise pode ter gestado uma nova formação econômico-social, o chamado “socialismo de mercado”. Longe de ser uma “economia mista”, dado o poder de encadeamento do setor estatal. Algo muito diferente dos capitalismo de Estado clássicos, dado o peso real do próprio setor estatal na China: a estrutura de propriedade chinesa ainda é muito diferente de outras partes do mundo. Esse processo refletiu-se diretamente em um aumento contínuo, desde a segunda metade da década de 1990, do controle governamental sobre os fluxos da renda nacional: de 13,5% do PIB em 1996 a 37,3% em 2015 (3).

Esse “socialismo de mercado” nasce na interseção entre um poder político de novo tipo, gestado nos acontecimentos de 1949, e a fusão do grande banco e da grande indústria, ambas estatais. Trata-se de um processo fascinante. Uma construção eivada de limites e contradições explosivas. Algo que deveríamos, o pensamento progressista em geral, olhar com mais atenção, mais profundidade e, principalmente, menos preconceito.

* Respectivamente professor adjunto e professor associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj.



Referências

- (1) LO, D: China confronts the Great Recession: ‘rebalancing’ neoliberalism, or else. In, ARESTIS, P.; SAWYER, M. *Emerging Economies During and After the Great Recession*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.
- (2) Sobre este processo cíclico interno, ler: PAULA, L. F. & JABBOUR, E.: A China e seu *catching up*: uma análise desenvolvimentista clássica. In, *Prêmio ABDE-BID, Edição 2016 (coletânea de trabalhos)*. ABDE-BID: Rio de Janeiro, 2017.
- (3) NAUGHTON, B: Is China Socialist? *Journal of Economic Perspectives*, (31) 1, 2017: pp. 3-24.

Rumos da Ordem Econômica Internacional

Williams Gonçalves*

O espetacular crescimento econômico que a China tem experimentado desde finais da década de 1970 vem provocando importantes mudanças econômicas e políticas internacionais. A famosa frase de Napoleão Bonaparte, pronunciada em 1816: “Deixemos a China dormir, porque quando ela acordar o mundo tremerá”, confirma-se hoje como presciente. Após longo período, inicialmente marcado pelas agressões que a inseriram à revelia no mercado internacional, e posteriormente seguido por turbulências, reestruturação e recolhimento, a China reinseriu-se no sistema deslocando o eixo do poder mundial e sentenciando o esgotamento da ordem internacional liberal.

O discurso pronunciado por Xi Jinping na abertura da última reunião anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, louvando os benefícios causados pela globalização econômica, pode ser interpretado como um discurso de vitória. Distinguindo a ideologia da globalização – aquela que invoca a abertura total da economia como a chave da prosperidade – da globalização histórica – aquela decorrente da crescente produtividade social e resultado natural do progresso científico e tecnológico –, Xi Jinping afirmou ser a confiança nas vantagens proporcionadas pela globalização econômica a origem do exponencial desenvolvimento chinês.

O desconcertante pronunciamento de Xi Jinping explica, em grande medida, porque Donald Trump fez campanha eleitoral

afirmando que a China representa a maior ameaça à posição dos Estados Unidos no mundo e que a política de globalização foi um grave erro que determinou a ascensão da China e o declínio dos Estados Unidos. Bizarrices comportamentais à parte, Trump reitera ponto de vista de vários republicanos ilustres, como Henry Kissinger, por exemplo. Para este último, Rússia e China são as duas potências que ameaçam os interesses norte-americanos no mundo. A ameaça russa advém da orientação nacionalista de seu governo, que insiste em manter um perímetro de defesa do Estado

que é incompatível com a concepção estratégica da OTAN. A ameaça chinesa decorre dos inexoráveis desdobramentos de seu crescimento. Segundo Kissinger, o pleno desenvolvimento da China exigirá a criação de nova ordem internacional, inevitavelmente.

As duas ameaças apresentam características aparentemente parecidas. As características da Rússia são bem conhecidas. Trata-se de uma nação orgulhosa de sua história e de sua cultura, que reencontrou a estabilidade política, depois da turbulência que marcou o período de Boris Iéltsin (1991-1999), e luta para recuperar o prestígio que já desfrutou no passado. Além disso,

sua condição de interlocutora necessária no sistema internacional de poder está respaldada pela posse de um dispositivo nuclear-militar e pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

À primeira vista a China apresenta as mesmas características da Rússia. É uma nação muito ciosa da antiguidade e da solidez de seus valores culturais. Tal como a Rússia, dispõe de armas nucleares e tem assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, do mesmo modo que tem por norma não admitir nenhuma negociação que resulte em perda de soberania.

O que a faz diferir da Rússia é o fato de ter conseguido operar com sucesso a transição da economia centralmente planejada para a economia planejada, sem descontinuidade política, mantendo-se o Partido Comunista Chinês na direção do Estado. Os problemas políticos que enfrentou, como os incidentes da Praça da Paz Celestial (1989), foram resolvidos sem sacrifício do sistema político.

A questão que desafia a inteligência dos formuladores de política dos Estados Unidos é: como enfrentar essas ameaças? A primeira coisa considerada pelos estra-



registas norte-americanos é que, apesar de semelhantes, as ameaças são, na verdade, distintas. A Rússia pode ser considerada uma ameaça tradicional. Ou seja, aos seus olhos, o que motiva o comportamento internacional do governo russo é prestígio e poder. As ações de Vladimir Putin estariam orientadas no sentido de rechaçar qualquer iniciativa dos Estados Unidos e de seus aliados europeus que possa ser interpretada pelos russos como invasivas e depreciativas dos interesses nacionais. Essa ameaça é considerada tradicional e não é difícil de arrostá-la porque, nesse caso, a luta se trava nos terrenos político, diplomático e militar, nos quais os norte-americanos têm muita experiência acumulada.

A ameaça chinesa, entretanto, nada tem de tradicional. Ela é considerada inédita e muito mais perigosa. Inédita porque se apresenta no terreno da economia, e perigosa porque põe em risco a liderança econômica dos Estados Unidos. Malgrado o crescente investimento em aumento e modernização de suas forças armadas, e algumas tensões pontuais, como são os casos do Mar do Sul da China e Taiwan, o fato é que a China evita se envolver em questões que possam gerar mal-entendidos e emprego de meios militares. A China mostra claramente que não lhe interessa qualquer envolvimento de natureza político-militar nos lugares em que encontra resistência por parte dos Estados Unidos e de seus aliados. Os chineses têm o cuidado de convencer a todos que sua ascensão é realmente pacífica. Daí porque os formuladores norte-americanos não sabem, na verdade, como lidar com a China.

A ascensão econômica da China preocupa os dirigentes norte-americanos de duas maneiras. A

primeira preocupação diz respeito ao planejamento. As mudanças havidas em 1978 determinaram o abandono da economia centralmente planejada. Mas diferentemente do que aconteceu na Rússia, essa decisão não significou a tentativa de uma imediata transformação da economia chinesa em uma economia orientada pelo mercado. A mudança se deu mediante gradual abertura da economia, controlada pelo Estado, até alcançar o status denominado pelos dirigentes chineses de economia “socialista de mercado”.

O controle político da economia pelo Estado foi sendo realizado por etapas, o que decerto evitou que o processo descambasse para a anarquia. Ademais, sabendo explorar a cobiça das grandes corporações empresariais pelo seu vasto mercado, a China impôs condições para a abertura que favoreceram não apenas a industrialização do país, mas também a transferência e a assimilação de tecnologia. O êxito alcançado nesse processo permitiu que os chineses superassem a cautela inicial e se decidissem, a partir de meados dos anos 1990, a participar integralmente da globalização econômica. Esse controle evitou que a China sucumbisse à crise de 2008. Isso, por sua vez, se fez renunciando ao modelo exportador e aplicando, a partir de 2010, o modelo baseado no consumo doméstico, ao mesmo tempo em que substituiu a exportação de produtos ordinários, destinados a consumidores de baixa renda, por produtos de alto valor tecnológico agregado. O resultado geral é que o 13º Plano Quinquenal, que se completará em 2020, não foi prejudicado, havendo a economia crescido à taxa média anual de 6,5%, e com expectativas de repetir o mesmo desempenho no próximo Plano.

Essa é a primeira maneira pela qual os Estados Unidos se sentem ameaçados pela China: a demonstração para os grandes países periféricos da eficácia do planejamento para o desenvolvimento socioeconômico. O modelo econômico chinês revela a possibilidade de garantir a satisfação das necessidades básicas da população, sem impedir o enriquecimento dos mais empreendedores e dos bafejados pela sorte. Seu triunfo econômico desconceitua o liberalismo.

A segunda e maior preocupação dos norte-americanos com a China relaciona-se à ordem econômica internacional. A ordem econômica internacional que vai se desvanecendo foi criada pelos Estados Unidos no período final da Segunda Guerra Mundial e constituiu, em grande medida, a razão principal de sua proeminência. Ela está institucionalmente fundada no Banco Mundial, no Fundo Monetário Internacional e no Acordo Geral de Tarifas e Comércio/Organização Mundial do Comércio, e tem por função fundamental zelar pela aplicação dos princípios liberais.

A China não hostiliza abertamente essas instituições. Seu modo de operar não é esse. Os dirigentes chineses atuam em duas frentes. Ao mesmo tempo em que buscaram inserir a China na ordem internacional liberal, atuam no sentido de construir uma nova ordem paralelamente. O acima citado discurso de Xi Jinping em Davos é bom exemplo do uso das instituições liberais. Nele, o Secretário-Geral reclama novo modelo de governança, que priorize o desenvolvimento e que “deverá dar prioridade à luta contra a pobreza, o desemprego e o aumento da disparidade de rendimentos, e às preocupações dos desfavore-

cidos para promover a igualdade e justiça sociais”. Em seu pensamento, o elogio da globalização não significa caminho livre para manutenção da ordem liberal, que tem mantido as desigualdades sociais e a desigualdade entre os Estados, mas sim meio para a realização de mudanças.

A segunda frente de atuação é a formação de alianças com os grandes países da periferia e a criação de novas instituições multilaterais orientadas no sentido de promover o desenvolvimento desses países. Melhor exemplo dessa ação é o BRICS. Por meio da aliança com Rússia, Índia, África do Sul e Brasil, foram criados o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas, o primeiro um banco para financiamento de projetos de investimentos nos países em desenvolvimento e o segundo um fundo de estabilização para os cinco países.

Qual será o resultado dessa disputa? Pelo fato de a China deter vultosos valores em títulos do Tesouro norte-americano, há quem considere que a tendência é de uma convergência para governança global conjunta. Há também quem considere que a ideia confuciana do “mundo harmonioso” exercida pela China na Ásia até 1842 é intransferível para o resto do mundo, devido à falta de *soft power*. Mas e o Brasil nisso tudo? Ainda compartilha o projeto de nova ordem do BRICS? Ou estará com os Estados Unidos? Com os Estados Unidos protecionistas de Trump? Quem sabe?

* É doutor em Sociologia pela USP, professor do programa de pós-graduação em Relações Internacionais da Uerj, professor convidado da Coppead/UFRJ e membro do Centro de Estudos Políticos e Estratégicos da Marinha do Brasil.

Rio de Janeiro e a crise de 2008: como a cidade surfou na marolinha?

A crise financeira de 2008 foi considerada o maior colapso do sistema capitalista desde a grande depressão de 1929. Iniciada nos Estados Unidos a partir do estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário, somado à enorme expansão de crédito bancário, a crise, logo em seguida, se espalhou pelo mundo todo.

Assim, o Brasil pôde observar reflexos dessa recessão na queda do seu Produto Interno Bruto (PIB), na inflação, nas variações do dólar e na taxa de juros. Tais movimentos trouxeram impactos na dinâmica econômica nos governos sub-regionais e, conseqüentemente, em seus municípios.

A presente matéria analisou a trajetória das contas cariocas de 2009 a 2016, através de tópicos como dívida consolidada e investimentos municipais. O objetivo é o balanço dos gastos públicos depois de oito anos de mandato do sr. Eduardo Paes, impactados por uma grande crise internacional, uma Copa do Mundo e pelos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Todos os dados deste artigo estão deflacionados segundo o IPCA referente a março de 2017.

Investimentos a partir da crise mundial

O investimento público possui um papel determinante no planejamento estratégico de cada governo e sobre a forma que este deseja atuar. Assim, a trajetória recente do investimento no Brasil revela que, após um período de contração de gastos (1999-2005), iniciou-se uma forte expansão no período

subsequente (2006-2010), guiada por uma atuação anticíclica por parte do governo central, que visou amortecer os efeitos negativos da crise internacional de 2008. Porém, entre 2011 e 2014 percebe-se a estagnação dos investimentos e, a partir de 2015, torna-se evidente o contracionismo fiscal nas diversas esferas governamentais, como um reflexo do esgotamento da estratégia implantada anteriormente¹. O panorama das oscilações observadas é útil para compararmos a situação do investimento na cidade do Rio de Janeiro com a tendência dos outros municípios e do país em geral.

O estudo do Ipea “Investimento Público no Brasil: Trajetória e Relações com o Regime Fiscal” obteve dados decompostos em Governos Municipais (soma de investimentos de todos os municípios) e do Governo Geral (soma de investimentos de todas as esferas governamentais e empresas públicas federais), que podem ser vistos no quadro 1, no qual foram acrescen-

tados os dados do município do Rio de Janeiro.

Enquanto o Rio apresentou uma ampliação de 271% nos níveis de investimento em 2010 e os manteve nos anos subsequentes, o que se vê nos Governos Municipais e no Governo Geral é um aumento de 31% e 34%, respectivamente, no mesmo ano, discreto se comparado ao da cidade maravilhosa. Em 2011, a diferença é ainda maior. Enquanto que os Governos Municipais se mantiveram com seus investimentos em média estáveis e o Governo Geral reduziu 17%, a prefeitura carioca ampliou em 101%, o que demonstra o grande destaque do Rio neste quesito.

Após um período de estabilidade em todas as esferas, o ano de 2015 merece destaque. Marcado pela chegada da crise e da conseqüente deterioração dos indicadores sociais, iniciou-se uma movimentação nos setores públicos pela realização de um ajuste fiscal para conter os gastos. O reflexo disso pode ser visto na redução em

30% do investimento no Governo Geral. Nos Governos Municipais, não houve grandes impactos, mas o Rio continuou sua expansão, visto que era véspera das Olimpíadas, e aumentou sua taxa em 31%.

Ao final do período analisado, nota-se que os Governos Municipais e o Governo Geral seguiram com seus níveis de investimento estáveis. O Rio, neste mesmo período, ampliou seus investimentos em 303%. Enfim, a gestão de Eduardo Paes alcançou níveis de investimento muito altos em relação ao país e outros municípios, em muito devido à realização da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas Rio 2016. De fato, tais gastos foram centralizados em infraestrutura e mobilidade urbana, mas os resultados nos indicadores sociais não podem ser considerados positivos.

Apesar do aumento do gasto público e dos investimentos no período recente, o Rio registrou um aumento de 100% no desemprego de 2015 para 2016, o maior se comparado com as cidades ana-

Quadro 1 – Investimento público no governo municipal, governo geral e município do Rio

| Investimento público em bilhões | | | | | | |
|---------------------------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| Ano | Governo Municipal | Variação G.M. | Governo Geral | Variação G.G. | Rio de Janeiro | Variação R.J. |
| 2008 | 54,6 | | 115,8 | | 1,44 | -9% |
| 2009 | 41,5 | -24% | 123,9 | 7% | 0,65 | -55% |
| 2010 | 54,5 | 31% | 166,6 | 34% | 2,42 | 271% |
| 2011 | 55,0 | 1% | 137,6 | -17% | 4,86 | 101% |
| 2012 | 61,6 | 12% | 141,9 | 3% | 4,58 | -6% |
| 2013 | 42,9 | -30% | 145,9 | 3% | 3,77 | -18% |
| 2014 | 50,7 | 18% | 170,0 | 17% | 4,41 | 17% |
| 2015 | 50,0 | -1% | 118,8 | -30% | 5,80 | 31% |
| Total | | -8% | | 3% | | 303% |

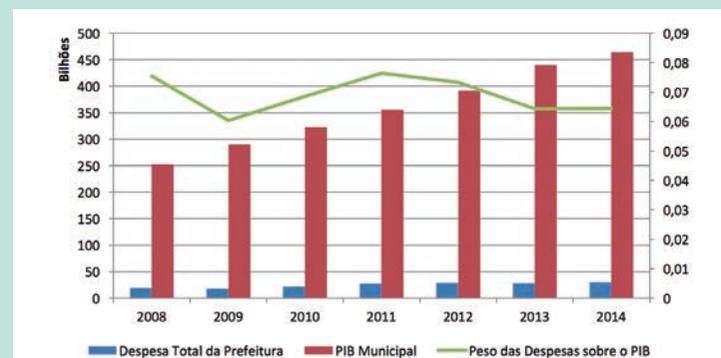
Fonte: IPEA – 2016 e Prestação de contas 2008-2016.

Quadro 2 – Taxa de desocupação

| Taxa de desocupação no 4º trimestre | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|----------|-----------|-----------|----------------|-----------|--------------|-----------|----------|-----------|--------|-----------|
| Ano | Rio de Janeiro | Variação | São Paulo | Variação2 | Belo Horizonte | Variação3 | Porto Alegre | Variação4 | Salvador | Variação5 | Brasil | Variação6 |
| 2012 | 6,4 | | 6,2 | | 6 | | 3,7 | | 9,6 | | 6,9 | |
| 2013 | 5,4 | -16% | 6 | -3% | 5,5 | -8% | 5,1 | 38% | 10 | 4% | 6,2 | -10% |
| 2014 | 4,4 | -19% | 6,4 | 7% | 5,7 | 4% | 4,8 | -6% | 11,6 | 16% | 6,5 | 5% |
| 2015 | 5,2 | 18% | 8,9 | 39% | 9,4 | 65% | 6,9 | 44% | 13 | 12% | 9 | 38% |
| 2016 | 10,4 | 100% | 12,3 | 38% | 11,5 | 22% | 9 | 30% | 16,5 | 27% | 12 | 33% |
| 2017* | 11,4 | 10% | 14,1 | 15% | 14,5 | 26% | 10 | 11% | 15,3 | -7% | 13,7 | 14% |

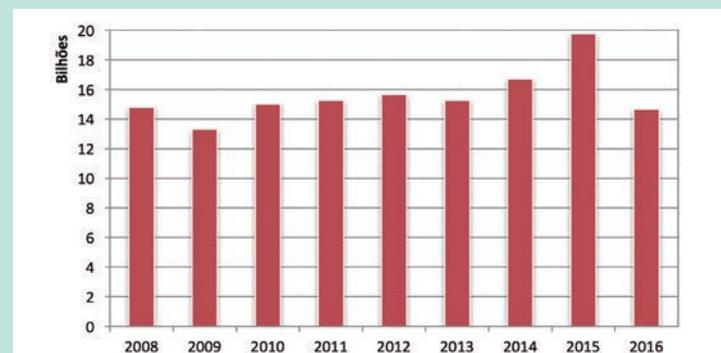
fonte: IBGE. *Para o ano de 2017, a taxa de desocupação apresentada é referente ao 1º semestre do ano.

Gráfico 1 – Evolução da despesa sobre o PIB.



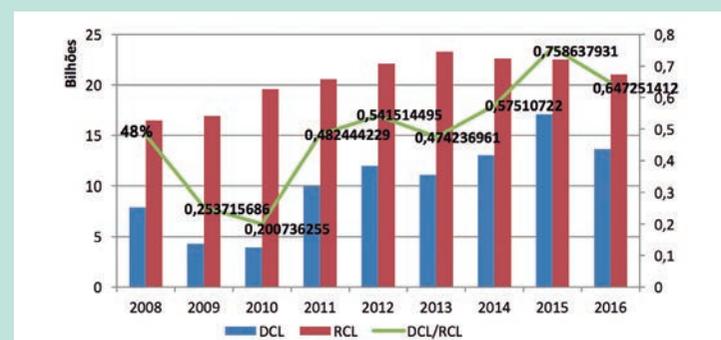
Fontes: Prestação de Contas de Gestão RJ: 2008-2014 e IBGE

Gráfico 2 – Dívida consolidada do Município



Fonte: Prestação de Contas de Gestão RJ: 2008-2016.

Gráfico 3 – Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida



Fonte: Prestação de Contas de Gestão RJ: 2008-2016.

lisadas no quadro 2 e com o país. Dessa forma, percebemos que os esforços não foram suficientes para conter os impactos da recessão que assolou o Brasil a partir de 2015. Pelo contrário, a cidade sofreu de forma significativa com o desemprego, mesmo em ano de Jogos Olímpicos.

A Despesa e o Endividamento Municipal

Um indicador importante para mensurar a atividade econômica de uma região é o PIB. O peso do governo carioca no PIB municipal, em muito condicionado pelos níveis de investimento, teve um aumento significativo, fazendo com que a sua participação no PIB nacional crescesse. Entre os demais municípios, foi o que mais cresceu em 2013, em relação a 2012. Segundo o IBGE, a cidade cresceu 0,1 ponto percentual e o motivo principal foram as grandes obras de infraestrutura realizadas. Uma vez que o ano de 2013 foi o antecedente à realização da Copa do Mundo, a cidade, que foi uma das sedes do evento, teve o seu maior ganho no segmento de construção civil.

No entanto, esse aumento do PIB veio acompanhado de um grande aumento da despesa total da prefeitura. Apesar de, em 2009, Eduardo Paes ter recuado o valor total da despesa, com relação ao último ano do mandato anterior, acredita-se que tenha sido conse-

quência dos reflexos da recessão ocorrida devido à crise em 2008. Depois disso, a despesa só cresceu, registrando no acumulado entre 2009 e 2014 um crescimento de mais de R\$ 10 bilhões.

O gráfico 1 apresenta todos os valores do PIB municipal de 2008 a 2014, último ano divulgado pelo IBGE, e a trajetória da despesa total da prefeitura nesses anos, a fim de comparação para obter o peso dessa despesa sobre o PIB.

A partir do gráfico é possível observar que o peso da despesa teve oscilações, variando entre 6% e 8%, mostrando esse acompanhamento no aumento do gasto total da Prefeitura com o PIB municipal. É válido frisar que a despesa continuou crescendo no ano seguinte e atingiu o patamar de R\$ 30,5 bilhões em 2015. Em 2016 o valor teve um pequeno recuo para R\$ 29,7 bilhões.

Além da despesa municipal, a dívida é um bom indicador para analisar como foi a gestão da prefeitura nos anos pós-crise de 2008. Visto o alto investimento realizado no município, o histórico recente da Dívida Municipal mostra que a mesma mantém-se em patamares altos, em média R\$15,6 bilhões por ano, sendo a Dívida Contratual o item mais significativo, representando cerca de 90% da Dívida Consolidada e apresentando um aumento de 44% entre 2008 e 2015.

O gráfico 2 traz a trajetória da Dívida Consolidada entre 2008 e 2016. Sobre este período, pode-se destacar que em 2010 houve uma reestruturação da dívida municipal² junto à União, aliviando o peso do serviço da dívida no orçamento e mantendo o estoque da dívida constante entre 2010 e 2011. Nos anos de 2014 e 2015 observa-se uma tendência de alta, tendo um aumento de cerca de 30% em comparação a 2013.

Já em 2016, nota-se uma queda de aproximadamente 26%, vis-à-vis o exercício anterior decorrente da renegociação da dívida com a União, que resultou numa redução de R\$ 5,78 bilhões do saldo devedor da dívida.

Em relação à Dívida Consolidada Líquida (DCL), percebe-se que a mesma se manteve dentro dos limites legais no período analisado, que segundo a Resolução 40/2001 do Senado Federal é de 120% da Receita Corrente Líquida (RCL). Entre 2008 e 2013 a melhora da relação DCL/RCL ocorreu em virtude do aumento da RCL, que cresceu 41,35% frente ao crescimento de 39,41% da DCL. A partir de 2014, com a diminuição da receita e o aumento da dívida, a relação DCL/RCL piorou e chegou a 76%, em 2015, como mostra o gráfico 3.

Além do aumento do gasto com a Dívida no período, também é perceptível o crescente peso das operações de crédito (OC) nas receitas, apesar delas também se manterem dentro do limite legal, que segundo a Resolução 43/2001 do Senado Federal é de 16% da RCL, pois o maior registro desse índice foi 11,27%, em

2016. Contudo, é válido ressaltar que a relação OC/RCL piorou nos últimos anos, apresentando um aumento de 11 pontos percentuais, em função de um aumento de 4.861% das operações de crédito durante o governo de Eduardo Paes.

Além disso, pode-se destacar o saldo devedor das operações de crédito para estruturação de transporte e mobilidade urbana, que representava 5% das operações de crédito em 2012 e subiu para 52% em 2016, quando o endividamento com mobilidade urbana alcançou R\$ 6,14 bilhões em valores absolutos.

Outro aspecto importante é a relação da despesa total com pessoal com a RCL. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o limite para tal despesa é de 60% da RCL (art. 19, inciso III), divididos em 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, e 54% para o Executivo (art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b”). A tabela 1 apresenta o total da despesa com pessoal e a RCL do ano passado, no qual, houve um aumento de 100% do desemprego.

Os gastos com o Poder Executivo, Câmara Municipal e Tribunal de Contas corresponderam a 49,04%, 2,19% e 0,90%, respectivamente, mostrando atender os limites previstos de acordo com a LRF. Entretanto, a despesa com o Poder Executivo, ao ultrapassar o limite de alerta de 48,6%, também predeterminado pela lei, demonstra o aumento do gasto com pessoal (Executivo e Consolidado). Em 2016, enquanto a RCL apresentou um decréscimo em relação ao ano anterior, as Despesas de Pessoal

Tabela 1 – Total Consolidado da Despesa com Pessoal sobre a RCL em 2016.

| | |
|----------------------------------|--------------------------|
| Despesa Total com Pessoal | 10.959.023,034,04 |
| Receita Corrente Líquida | 21.024.033.512,65 |
| DTP/RCL | 52,13% |

Fonte: Prestação de Contas

al alcançaram um crescimento real.

Os restos a pagar apresentaram uma trajetória crescente no período analisado, comportamento oposto à disponibilidade de caixa da prefeitura, que vem diminuindo nos últimos anos. Consequentemente, o resultado nominal também está em queda, de modo que a prefeitura fechou o caixa com saldo negativo em 2016, o que ocorreu devido a obrigações que incluem restos a pagar e cancelamentos ilegais de empenhos³, colaborando ainda mais para o aumento do endividamento.

Considerações finais

Percebemos que nos últimos nove anos o gasto com a dívida da prefeitura manteve-se alto, apresentando alguns momentos de queda devido à renegociação da dívida junto a União. Por outro lado, nesse período o Rio financiou grande parte dos altos investimentos voltados à realização dos megaeventos através de novos empréstimos, comprometendo ainda mais o gasto municipal futuro com juros e encargos da dívida.

A respeito do legado fiscal deixado pela última gestão, o relatório do TCMRJ reconhece que a prefeitura cancelou empenhos sem validação prévia, infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e resultando em um déficit de R\$110 mi-

lhões. Apesar de Eduardo Paes negar estas acusações, o que sabe é que o gasto público já vem sendo significativamente reduzido a partir deste ano, e o investimento segue a mesma tendência. Nota-se que até junho de 2017 foram investidos R\$ 130 milhões, e caso este siga a mesma proporção, apresentará um decréscimo de 93% em relação ao ano de 2016.

Assim, os impactos da crise não foram contidos até 2016: a dívida será em como amortecê-los a partir de agora, com o brusco avanço do desemprego e a dificuldade de se retomar o crescimento econômico. As opções postadas no debate veiculado na mídia predominante são aumento de impostos e diminuição de direitos sociais, seja em nível nacional, seja em nível municipal. Nesta esfera, leia-se, aumento do IPTU, sobretudo nas áreas menos favorecidas da cidade, reforma da previdência e contenção do gasto com pessoal, penalizando o funcionalismo e os serviços públicos essenciais às camadas mais pobres de nossa sociedade.

1 Investimento Público no Brasil: Trajetória e Relações com o Regime Fiscal (IPEA) – Visitado em 04/08/2017.

2 Mais informações no Jornal dos Economistas- 05/2015

3 http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/12626/a_Relatorio_CAD.pdf, acessado em 15/08/2017.

Formando da UFRRJ-Nova Iguaçu conquista primeira colocação no Prêmio de Monografia 2017

■ O formando João Paulo Davi Constantino, da UFRRJ-Nova Iguaçu, recebeu o prêmio de primeiro lugar no XXVII Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, que é conferido pelo Corecon-RJ. A monografia de João Paulo, intitulada *Instituições e desenvolvimento econômico na África do Sul pós-apartheid: uma análise crítica ao discurso institucionalista mainstream*, foi orientada por Robson Dias da Silva.

Raphael de Aquino Ludwig Pereira, da PUC-Rio, conquistou o segundo lugar no concurso com o trabalho *Nowcasting do desemprego com Google trends: evidências do mercado de trabalho brasileiro*, orientado por Pedro Carvalho Loureiro de Souza.

A terceira colocação coube a Juliana Teixeira Brasileiro, formanda da UFF, com a monografia *A filosofia moral de Smith: revisitando o Das Adam Smith Problem*, orientada por João Leonardo Gomes Medeiros.

A banca de avaliadores do concurso conferiu menção honrosa ao trabalho *Financeirização e dependência: o Brasil nas transformações do capitalismo contemporâneo*, de autoria de Pamela Teixeira Mendes Penna, também da UFF, que foi orientada por Hugo Correa.

Resumos dos quatro trabalhos serão publicados nas próximas edições do Jornal dos Economistas.



Estudantes da UFRJ vencem Gincana

Leonardo de Castro Lima e Felipe Costa de Farias, estudantes da UFRJ, conquistaram o primeiro lugar na VII Gincana Regional de Economia, realizada pelo Corecon-RJ em 20 de julho. Emanuel Rodrigues de Vargas e Igor Paim Pereira Carlos, da Universidade Estácio de Sá, ficaram em segundo. Os estudantes José Henriques da Silva Ribeiro Junior e Vinicius Nunes de Almeida, da UFRRJ – Nova Iguaçu, e Larissa Nunes dos Santos e Rômulo Bernardo dos Santos, da UFRRJ – Seropédica, obtiveram a terceira e quarta colocações.

Agenda de cursos

O Corecon-RJ oferece cursos de atualização profissional em nossa área de atuação. Saiba mais em <http://www.corecon-rj.org.br/agendados>

Gestão Financeira

25/9 a 8/11 | Carga horária: 42h
18h30 às 21h30 | segundas e quartas
Professor Danilo Rennó

Economia e Mobilidade Urbana Sustentável

28/9 a 9/11 | Carga horária: 15h
18h30 às 21h30 | quartas
Professora Natália G. de Moraes

Matemática Financeira com HP 12C e Excel

9/10 a 8/11 | Carga horária: 30h
18h30 às 21h30 | segundas e quartas
Professor Raul Murilo Chaves Curvo

Introdução à Economia Política em Smith, Ricardo e Marx – Módulo I

24/10 a 7/12 | Carga horária: 39h
18h45 às 21h45 | terças e quintas
Professor Marco Antônio M Coutinho

Os Cenários Econômicos e os Impactos na Estratégia de Negócios

16/11 a 14/12 | Carga horária: 15 horas
18h30 às 21h30 | quintas
Professor João Teixeira de Azevedo Neto

Atualização em Economia: preparatório para ANPEC

Janeiro a Setembro de 2018 | Carga horária: 521h
2ª a 6ª, das 18h30 às 21h30, e alguns sábados, das 9h às 12h30
INSCRIÇÕES ABERTAS

Perícia Econômica

Junho a Novembro de 2018 | Carga horária: 69h
18h30 às 21h30 | terças
Professor Roque Licks
Certificado aceito pelo TJ-RJ
INSCRIÇÕES ABERTAS

Faça sua inscrição em

www.corecon-rj.org.br/cursos_inscricao.php

Novas aquisições da Biblioteca

A Biblioteca Eginardo Pires, localizada na sede do Corecon-RJ, recebeu novos títulos do curso “Atualização em Economia: preparatório para ANPEC”, ministrado na instituição. Os volumes versam sobre Matemática, Microeconomia, Macroeconomia, Estatística e Economia Brasileira. Com as novas aquisições, o acervo da biblioteca cobre 80% da bibliografia utilizada pelos professores que ministram o curso preparatório.

Atualize seu cadastro no Corecon-RJ

Manter o cadastro atualizado é fundamental para que o Conselho possa se comunicar com você. Solicitamos que você nos informe sobre qualquer mudança nos seus dados cadastrais, tais como: e-mail, endereço residencial ou comercial, telefones fixo ou celular etc. Você pode utilizar os seguintes canais:

- 1) Site do Corecon-RJ, www.corecon-rj.org.br, seção “atualização cadastral” (na barra superior)
- 2) Telefones: 21-2103-0113; 2103-0114; 2103-0115; 2103-0116; 2103-0131.
- 3) E-mails: thiago@corecon-rj.org.br; karina@corecon-rj.org.br; silvia@corecon-rj.org.br; claudio@corecon-rj.org.br; samuel@corecon-rj.org.br; registro@corecon-rj.org.br.

anpec

Atualização em Economia: Preparatório para o exame anpec 2018 - 521 horas



Material incluso | Café | Data show | Biblioteca | Certificado | Desconto *
Jan a Set /2018 | 2ª a 6ª feiras 18h30 às 21h30 | Alguns sábados 09h às 12h30

INFORMAÇÕES:
Secretaria de Cursos
cursos@corecon-rj.org.br
Av. Rio Branco 109/16º
Tel.: 21-2103-0118
<http://www.corecon-rj.org.br/agendados>
* Completo, à vista, até dez/2017

Realização
CORECON
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA